

Brasília, 23 de julho de 2025

Assunto: Manifesto pela capacidade operacional das Agências Reguladoras

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) une-se às vozes de dezenas de entidades setoriais para manifestar sua profunda preocupação com a fragilização orçamentária imposta às agências reguladoras do Brasil. Vemos com grande apreensão os contingenciamentos que ameaçam a capacidade operacional dessas instituições, pilares estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do país.

As agências reguladoras não são instituições de governo, mas sim do Estado brasileiro. Sua missão, eminentemente técnica e autônoma, é garantir o equilíbrio entre a prestação de serviços essenciais de qualidade, a proteção dos consumidores e a promoção de um ambiente de negócios seguro e previsível para investimentos. Ao assegurar estabilidade e regras claras, elas fortalecem a confiança no ambiente regulatório, condição indispensável para a atração de capital e para a competitividade da indústria nacional.

A realidade, no entanto, vai na contramão dessa premissa. Os sucessivos contingenciamentos orçamentários têm comprometido a operação, a fiscalização e a capacidade técnica das agências.

Agências com funções de extrema importância para a indústria, como a ANVISA, a ANEEL, a ANM e a ANP, entre outras, têm suas atividades essenciais prejudicadas em função dos contingenciamentos de recursos.

Um exemplo alarmante e de consequências imediatas é a situação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O corte de 25% em seu orçamento discricionário resultou na suspensão do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC) e na redução das ações de fiscalização. Tal medida ocorre justamente quando se observa uma escalada do mercado irregular de combustíveis. A história recente nos alerta: a taxa de não conformidades na qualidade de combustíveis aumentou em 40% em 2024, quando comparado a 2023.

A ausência de fiscalização não apenas expõe o consumidor a produtos de má qualidade, com riscos à segurança veicular e à saúde, bem como dá margem à concorrência desleal, em desfavor da atividade regular e da arrecadação de tributos.

O contingenciamento de recursos da ANEEL resultou na redução das ações de fiscalização da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Ao reduzir a fiscalização da manutenção das redes de distribuição e subestações, da qualidade do atendimento emergencial, dos projetos e obras de reforço e expansão, da operação do sistema e do desempenho dos equipamentos de distribuição, aumenta-se a insegurança energética para a população e a indústria.

As restrições não são apenas de orçamento discricionário, mas também na contratação de pessoal para condução das atividades das agências. No caso da Anvisa, investimentos bilionários no setor de saúde estão represados por falta de pessoal para analisar processos e liberar licenças. A título de comparação, a *Agencia Española de Seguridad Alimentaria y Nutrición* (AESAN) emprega 190 pessoas dedicadas à regulação de alimentos, enquanto a Gerência Geral de Alimentos (GGALI/ANVISA) conta atualmente com somente 27 colaboradores, o que compromete sua capacidade operacional, principalmente diante do aumento de demanda.

É importante reconhecer a necessidade de equilibrar o orçamento público, com vistas ao cumprimento do arcabouço fiscal, essencial para a redução dos juros. Também é importante sinalizar que esse equilíbrio não pode vir de aumentos de tributos, diante da carga tributária já excessiva sobre a indústria.

No entanto, a solução para as contas públicas não pode comprometer o funcionamento das atividades do Estado brasileiro, se tornando um impeditivo ao desenvolvimento econômico, que traz emprego e renda para a população e, por sua vez, garante a arrecadação fiscal.

Diante do exposto, a indústria brasileira defende e endossa as seguintes medidas urgentes:

- Revisão Imediata dos Cortes: Solicitamos a reversão dos cortes orçamentários aplicados às agências reguladoras para que seus serviços essenciais sejam imediatamente normalizados.

- Solução Estrutural e Permanente: Apoiamos a inclusão de um dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que impeça o contingenciamento dos orçamentos das agências reguladoras, garantindo-lhes a autonomia financeira necessária para o pleno exercício de suas funções.
- Reforma administrativa e revisão profunda dos gastos públicos brasileiros: é urgente a revisão dos gastos obrigatórios e aprovação de uma reforma administrativa para que se possa aumentar a produtividade do setor público, mantendo suas atividades essenciais.

Investir na estrutura e na autonomia das agências é proteger o futuro do Brasil. A CNI reitera sua disposição para colaborar com os Poderes da República com a construção de soluções que garantam um ambiente regulatório forte, técnico e previsível, a fim da segurança jurídica, base fundamental para um Brasil mais competitivo e desenvolvido.

Ricardo Alban

Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)